

Os gastos a mais com a nova Carta: 2,9 bilhões.

Só as despesas extraordinárias com a Constituinte, o Congresso Nacional gastou Cz\$ 2,9 bilhões, no período entre fevereiro de 1967 e junho último. As despesas mais volumosas ficaram por conta do Prodasen — Departamento de Processamento de Dados do Senado —, que consumiu Cz\$ 1 bilhão no mesmo período. Os gastos com pessoal vêm em seguida: Cz\$ 511,5 milhões na Câmara e Cz\$ 362,3 milhões no Senado, para pagar gratificações a 2.200 funcionários deslocados para trabalhar na Constituinte em tempo integral.

Esses números, contudo, são apenas parciais. Os gastos reais para bancar os trabalhos constituintes devem ser divulgados oficialmente depois de 5 de outubro, com a inclusão das despesas para a festa da promulgação da nova carta. A partir disso, as despesas extras devem chegar ao fim. "As gratificações serão suspensas no dia 6 e as pessoas contratadas exclusivamente para trabalhar na

Constituinte serão dispensadas", garantiu ontem o secretário-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino. Entre essas despesas incluíram-se as contratações do jurista Miguel Reale Júnior, que assessorou Ulysses Guimarães e outros assessores e secretários particulares dos líderes partidários e membros da Mesa.

Com tanto trabalho e tanto dinheiro gasto, seria de esperar que a festa da promulgação fosse um grande sucesso. Pelo movimento de reserva nos 57 hotéis de Brasília, no entanto, o presidente do Sindicato de Hotéis, Antônio Pereira Barboza, prevê que o dia da promulgação corre o risco de ser "um grande fracasso de público". Os números levam Barboza a acreditar que apenas 55% da lotação dos estabelecimentos hoteleiros será preenchida.

Nem mesmo a Secretaria de Segurança Pública montou esquemas especiais para policiar os arredores do Congresso. "A cidade vai estar limpa e organizada",

limitou-se a dizer o secretário de Comunicação Social, Renato Riella. De fato, as ruas deverão estar mesmo vazias, já que o presidente Sarney decretou ponto facultativo nas repartições públicas na quarta-feira da promulgação.

Os restaurantes mais frequentados por políticos também não estão fazendo nenhum preparativo — e tudo deverá funcionar normalmente. "Serão servidos os mesmos pratos e, certamente, os clientes de sempre vão comparecer", prevê Florentino Prieto Grana, um espanhol que comanda dois restaurantes que levam seu nome. "O atendimento será o de sempre." Florentino sabia do que estava falando. Afinal, as reservas nos hotéis, por enquanto não são animadoras. Bem diferente dos tempos do surgimento da Nova República que, alidada à instalação da Constituinte, provocou um aumento médio de 33% da taxa de ocupação dos hotéis em Brasília, atingindo a média de 72% de apartamentos ocupados.

Seis assinam, mas com restrições.

Seis constituintes assinaram a nova Constituição com declaração de voto manifestando restrições ao novo texto constitucional, que "de um lado se inscrevem normas modernas e liberais, que nos autorizam prever-lhe a feliz escolha da Nação e, de outro, dispositivos retrógrados que significarão considerável recuo na caminhada do País para o desenvolvimento e a justiça social".

Foram eles os senadores Roberto Campos (PDS-MT) e Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) e os deputados Oscar Correia Júnior (filho do ministro Oscar Correia, do STF), Luiz Eduardo Magalhães (filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães), Gilson Machado (empresário pernambucano) e Paes Landim (professor), todos do PFL. Os seis signatários da declaração de voto, afirmando que se impõe que se cumpra a nova Carta, disseram ainda: "A promulgação é apenas a etapa inicial de uma nova fase, não isenta de riscos nem incompreensões. Nosso esforço deve ser e será para que



A filha de JK, assinando com a caneta do pai.

transponha e se alcance os resultados que inspiraram a convocação da Constituinte".

Algumas curiosidades na sessão de autógrafos de ontem: a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) assinou com uma canetá que pertenceu a seu pai, presidente Juscelino. O deputado

Roberto Ballestra (PDC-GO) assinou em lugar errado, enquanto o deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) não conseguiu concluir a assinatura com sua caneta Mont Blanc: a tinta acabou no meio do autógrafa e ele teve de completar com a esferográfica que o funcionário da Mesa ofereceu.